

**Demonstrações financeiras  
consolidadas em IFRS**

**Banco Cooperativo Sicredi S.A. e  
Empresas Controladas**

31 de dezembro de 2014 e 2013  
Com Relatório dos Auditores Independentes



Building a better  
working world

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2014 e 2013

### **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas.....	1
Balanços patrimoniais consolidados .....	3
Demonstrações consolidadas do resultado.....	4
Demonstrações consolidadas do resultado abrangente.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa .....	7
Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas .....	8



Building a better  
working world

Centro Empresarial Mostardeiro  
Av. Mostardeiro, 322  
10º andar – Moinhos de Vento  
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500  
Fax: +55 51 3204-5699  
www.ey.com

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Aos Diretores e Acionistas do  
**Banco Cooperativo Sicredi S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Building a better  
working world

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Cooperativo Sicredi S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificações, datado de 23 de fevereiro de 2015.

Porto Alegre, 31 de março de 2015.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-015.199/O-6/F-RS

Dario Ramos da Cunha

Contador CRC 1SP-214.144/O-1

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Balanços patrimoniais consolidados  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Ativos</b>			<b>Reapresentado</b>
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.575.545	1.476.684
Valores a receber de instituições financeiras	8	10.025.359	7.957.329
Ativos financeiros para negociação	9	424.217	263.182
Derivativos	10	296	1213
Empréstimos e recebíveis de clientes	11	13.891.113	11.417.180
Ativos financeiros disponíveis para venda	12	2.538.037	2.865.190
Ativos financeiros mantidos até vencimento	12	348.030	-
Ativos intangíveis	13	1.072	1.039
Imobilizado	14	54.909	51.111
Propriedades para investimento	15	3.810	3.890
Crédito tributário diferido	21	10.356	14.115
Outros ativos	16	101.340	104.867
<b>Total de ativos</b>		<b>28.974.084</b>	<b>24.155.800</b>

	<b>Nota</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Passivos</b>			<b>Reapresentado</b>
Depósitos de instituições financeiras	17	12.799.366	11.365.603
Depósitos de clientes	18	4.597.267	3.867.099
Obrigações por títulos e valores mobiliários	19	9.518.571	7.298.686
Derivativos	10	363	235
Provisões	20	9.053	10.182
Passivo tributário - corrente		35.515	24.153
Dívida subordinada		107.722	106.124
Outros passivos	22	678.307	538.883
<b>Total de passivos</b>		<b>27.746.164</b>	<b>23.210.965</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	23		
Capital social		973.593	744.375
Instrumento híbrido de capital e dívida		148.967	134.438
Reservas		106.405	66.152
Ajuste de valor patrimonial		(1.084)	(159)
<b>Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores</b>		<b>1.227.881</b>	<b>944.806</b>
Participação dos acionistas não controladores		39	29
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.227.920</b>	<b>944.835</b>
<b>Total de passivos e patrimônio líquido</b>		<b>28.974.084</b>	<b>24.155.800</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	<b>Nota</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Receita de juros	24	2.127.115	1.568.226
Despesa de juros	24	(1.758.744)	(1.319.490)
Receita líquida com juros		368.371	248.736
Receita de tarifas, taxas e comissões	25	435.653	356.956
Despesa de tarifas, taxas e comissões	25	(190.132)	(154.687)
Receita líquida de tarifas, taxas e comissões		245.521	202.269
Ganho / (perda) líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado	26	6.101	5.645
Outras receitas operacionais	27	103.159	100.091
Despesas de pessoal	28	(119.168)	(113.085)
Outras despesas administrativas	29	(422.952)	(318.929)
Depreciação e amortização	13, 14 e 15	(3.859)	(4.833)
Outras despesas operacionais	30	(25.388)	(28.213)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	6.275	(13.272)
Lucro operacional antes da tributação		158.060	78.409
Tributos sobre o lucro	31	(63.533)	(33.693)
Lucro líquido do exercício		94.527	44.716
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		94.517	45.162
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		10	(446)
Lucro básico/diluído por ação (em Reais - R\$)			
Ações preferenciais classe A		0,25	0,22
Ações preferenciais classe B		0,11	0,05
Ações ordinárias		0,07	0,03
Quantidade			
Ações preferenciais classe A		175.675.858	130.249.464
Ações preferenciais classe B		27.611.569	21.523.109
Ações ordinárias		680.826.744	537.390.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	94.517	45.162
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Movimento líquido no valor justo	(1.541)	(442)
Efeito de imposto de renda	616	177
Total do resultado abrangente	<u>93.592</u>	<u>44.897</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

	Capital Social		Outros resultados abrangentes				Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Instrumento Híbrido de Capital e Dívida/Subordinada	Lucros acumulados	Reservas	Marcação a Mercado TVM	Ajuste			
Saldo em 1º de janeiro de 2013	433.052	124.419	-	56.918	106	-	476	614.485	614.971
Lucro líquido do exercício	-	-	45.162	-	-	-	(447)	45.162	44.715
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(265)	(265)	-	(265)	(265)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transações com acionistas registrados no patrimônio líquido	-	-	(2.328)	2.328	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	(31.780)	31.780	-	-	-	-	-
Reserva especial de lucro	-	-	(11.054)	-	-	-	-	(11.054)	(11.054)
Dividendos	-	10.019	-	-	-	-	-	10.019	10.019
Atualização do instrumento híbrido de capital e dívida	-	-	-	(24.874)	-	-	-	286.449	286.449
Aumento de capital	311.323	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	744.375	134.438	-	66.152	(159)	-	29	944.806	944.835
Lucro líquido do exercício	-	-	94.517	-	-	-	10	94.517	94.527
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(925)	(925)	-	(925)	(925)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transações com acionistas registrados no patrimônio líquido	-	-	(4.442)	4.442	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	(68.974)	68.974	-	-	-	-	-
Reserva especial de lucro	-	-	(21.101)	-	-	-	-	(21.101)	(21.101)
Dividendos	-	14.529	-	-	-	-	-	14.529	14.529
Atualização do instrumento híbrido de capital e dívida subordinada	-	-	-	(33.163)	-	-	-	196.055	196.055
Aumento de capital	229.218	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	973.593	148.967	-	106.405	(1.084)	-	39	1.227.881	1.227.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

	2014	2013
		Reapresentado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido antes da tributação e participação dos acionistas não controladores	158.060	78.409
Ajustes ao lucro:		
<i>Itens não monetários incluídos no lucro líquido consolidado</i>		
Depreciação e amortização	3.859	4.833
Provisões para perdas de crédito	(6.275)	13.272
Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida	14.529	10.020
Juros Dívida subordinada	(291)	1.335
Provisão para passivos em litígios	1.840	4.220
Custo da alienação de imobilizado	67	167
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(1.170)	(21)
	12.559	33.826
<b>(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais</b>		
Valores a receber de instituições financeiras	(2.068.030)	(1.664.626)
Ativos financeiros disponíveis para venda	326.228	261.555
Ativos financeiros para negociação	(159.865)	(158.683)
Derivativos	917	(1.140)
Empréstimos e recebíveis de clientes	(2.465.770)	(2.365.271)
Outros ativos	3.529	(5.050)
	(4.362.991)	(3.933.215)
<b>Aumento (decréscimo) líquido nos passivos operacionais</b>		
Derivativos	128	203
Depósitos de clientes	730.168	898.803
Depósitos de instituições financeiras	1.433.763	1.509.286
Obrigações por títulos e valores mobiliários	2.219.885	1.550.495
Outros passivos	127.330	258.769
Impostos sobre lucros pagos	(48.408)	(31.871)
	4.462.866	4.185.685
<b>Total de fluxo de caixa líquido das atividades operacionais</b>	270.494	364.705
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	(348.030)	-
Títulos e créditos a Receber	15.244	(95.715)
Aquisição de imobilizado	(7.339)	(2.674)
Aquisição de intangível	(340)	(471)
<b>Total de fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	(340.465)	(98.860)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dívida subordinada	(15.243)	94.671
Aumento de capital	185.000	278.158
Ajustes patrimoniais	(925)	(265)
<b>Total de fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	168.832	372.564
<b>Movimento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	98.861	265.845
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.476.684	838.275
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.575.545	1.476.684
Transações não monetárias	21.101	11.054
Dividendos	21.101	11.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### **1. Contexto Operacional**

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco" ou "Instituição"), instituição financeira privada nacional, constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional - CMN, teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de junho de 1996. A Instituição tem por objeto social e atividade preponderante o exercício de operações bancárias de caráter comercial, inclusive de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sistema de Crédito Cooperativo - Sicredi, atua como instrumento das Cooperativas de Crédito, possibilitando a estas, através de convênios, operar nos diversos mercados disponíveis e praticar operações complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo.

Em 31 de dezembro de 2014, o Sistema de Crédito Cooperativo – Sicredi está organizado por 98 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 1.334 pontos. A estrutura conta ainda com as quatro Centrais Regionais ("Centrais") – acionistas da Sicredi Participações S.A. – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), a Fundação Sicredi e o Banco, que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda, a Administradora de Cartões Sicredi Ltda, a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda e a Administradora de Bens Sicredi Ltda.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Sistema Cooperativo Sicredi, atuando no mercado de forma integrada.

Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Sistema e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. e o Rabo Development B.V., braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank, firmaram acordo de investimento em 07 de junho de 2011. A parceria proporciona o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos entre o Sistema Sicredi e o Sistema Rabobank, podendo ampliar o portfólio de produtos do Sicredi nos segmentos nos quais o Rabobank tem expertise. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo BACEN em 27 de janeiro de 2011 e também pelo governo federal, através do Decreto presidencial de 18 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2011.

Em outubro de 2012, o Banco Cooperativo Sicredi S.A. e a International Finance Corporation – IFC, membro do Banco Mundial e maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento, firmaram acordo de investimento.

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

A parceria visa contribuir para a manutenção da capacidade de alavancagem do Banco em níveis que permitam atender às demandas das Cooperativas filiadas, além de garantir o alinhamento estratégico do Sistema Sicredi e da International Finance Corporation – IFC. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 24 de maio de 2013.

Em 31 de dezembro de 2014, o Rabo Development B.V. e a International Finance Corporation – IFC detêm, respectivamente, participação de 19,87% e 3,12% das ações do Banco.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco e Empresas Controladas em IFRS foram aprovadas pela diretoria em 28 de março de 2015.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS**

### **2.1 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas**

Este conjunto de Demonstrações Financeiras Consolidadas foi preparado de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), em atendimento à Resolução nº 3.786/09 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor até 31 de dezembro de 2014. As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2014 são consistentes com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2013, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

Certos valores do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram reapresentados, para uma melhor demonstração da intermediação realizada pela empresa quanto às operações com cartões crédito. Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

	2013	
	Reapresentado	Original
<b>Ativos (i)</b>		
Empréstimos e recebíveis de cliente	11.417.180	11.104.060
Outros ativos	104.867	150.387
<b>Passivos (ii)</b>		
Outros passivos	538.883	271.283
Reservas	66.152	55.031
Lucros acumulados	-	11.121
<b>Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido (iii)</b>		
Reservas	66.152	55.031
Lucros acumulados	-	11.121
<b>Fluxo de caixa (iv)</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Provisão para passivos em litígios	4.220	3.658
<b>(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais</b>		
Empréstimos e recebíveis de cliente	(2.365.271)	(2.052.145)
Outros ativos	(5.050)	(50.573)
<b>(Aumento) decréscimo líquido nos passivos operacionais</b>		
Outros passivos financeiros	258.769	(8.537)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Ajustes patrimoniais	(265)	-

(i) Valores a receber das cooperativas referentes às operações de cartões de crédito.

(ii) Valores a pagar para as Bandeiras referentes às operações de cartões de crédito.

(iii) Destinação dos lucros acumulados.

(iv) Agrupamento de valores por tipo de atividade em demonstração do fluxo de caixa.

### 2.2 Base da Consolidação das demonstrações financeiras

#### 2.2.1 Controladas

As controladas e outras entidades sobre as quais o Banco exerce controle, direta ou indiretamente, são consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o Banco obtém o controle, e deixam de ser consolidadas na data na qual esse controle acaba. Todas as transações, saldos, e ganhos e perdas não realizados entre as unidades de negócios do Banco são eliminados como parte da consolidação.

As participações minoritárias representam, diretamente ou indiretamente, a porção do resultado e do patrimônio líquido que não pertence ao Banco, e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e incluídas no patrimônio líquido do balanço consolidado, de forma destacada no patrimônio líquido da controladora.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

Empresa	Atividade	2014	2013
Participações diretas no capital:		%	%
Administradora de Consórcios Sicredi Ltda.	Administradora de Consórcios	99,99	99,99
Administradora de Cartões Sicredi Ltda.	Administradora de Cartões	99,99	99,99
Administradora de Bens Sicredi Ltda.	Administradora de Bens	99,98	99,98
Corretora de Seguros Sicredi Ltda.	Corretora de Seguros	99,75	99,75

### 3. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas são explicadas abaixo.

#### 3.1 Estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração faça estimativas e adote premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, os ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, e os valores reportados de receitas e despesas durante o período de apresentação dos relatórios. As situações avaliadas com base nos dados e informações financeiras disponíveis abrangem principalmente a determinação da provisão para devedores duvidosos, valor justo de ativos e passivos e reduções ao valor recuperável (*impairments*). Embora a administração tenha baseado suas estimativas na avaliação mais cuidadosa possível das circunstâncias e atividades atuais, os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas.

#### 3.2 Instrumentos financeiros

##### 3.2.1 Geral

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo de mercado.

Diferenças entre o valor justo e a consideração paga pela Instituição para a aquisição do ativo (amplamente conhecida como "day-one profit/loss") são reconhecidas no resultado do período somente quando a Instituição possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos.

A Instituição utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Instituição se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre.

A administração determina a classificação apropriada dos seus investimentos nas suas datas de aquisição.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### 3.2.2 Ativos financeiros para negociação

Ativos financeiros para negociação são adquiridos para obter ganhos sobre flutuações de curto prazo nos preços ou margens dos traders, ou fazem parte de uma carteira que gera ganhos de curto prazo regularmente. Esses ativos são registrados pelo valor justo com base em preços cotados.

Quaisquer ganhos e perdas realizados e não realizados são incluídos na rubrica 'Ganho/(perda) líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado'. Os juros auferidos em ativos financeiros para negociação são reconhecidos como receita de juros.

### 3.2.3 Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros que se pretendem manter indefinidamente e que poderão ser vendidos para fins de liquidez ou como resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio ou preços das ações são classificados como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros classificados como "disponíveis para venda" são inicialmente reconhecidos pelo custo da transação e imediatamente reavaliados pelo valor justo com base nos preços de mercado ou valores cotados extraídos dos modelos de fluxo de caixa. Os valores justos de títulos patrimoniais não negociados em bolsa são estimados com base nos índices preço/lucro apropriados, ajustados para refletir circunstâncias específicas dos respectivos emissores. Quaisquer ganhos e perdas não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio, a menos que se refiram a juros amortizados.

Caso esses ativos financeiros sejam vendidos ou sofram perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), ou seja, o valor justo for por tempo prolongado ou significativamente menor do que seu custo, os ajustes no valor justo são reconhecidos no resultado.

O valor recuperável de ativos financeiros cotados é determinado com base no valor de mercado. Esses ativos cotados são considerados como tendo sofrido redução ao seu valor recuperável se houver indicações objetivas de que o valor de mercado diminuiu a tal ponto que nenhuma premissa razoável pode ser adotada e atingir o valor contábil em um futuro próximo.

Caso a redução ao valor recuperável de um ativo disponível para venda diminuir em um período subsequente e a diminuição puder ser atribuída objetivamente a um evento que ocorreu após a redução ao valor recuperável, a mesma é estornada por meio do resultado. Isso não se aplica aos investimentos em instrumentos acionários, onde um aumento no valor após a redução ao valor recuperável é contabilizado como uma reavaliação.

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### **3.2.4 Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros com prazos e fluxos de caixa fixos são classificados como mantidos até o vencimento, desde que a administração tenha a intenção e capacidade financeira de mantê-los pelos seus prazos totais e tenha condições de fazer isso. Os ativos financeiros classificados na categoria “mantidos até o vencimento” são mensurados ao custo amortizado com base no custo a taxa efetiva de juros, líquido de provisões para perdas por redução ao valor recuperável.

Os juros auferidos em ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos como receita de juros.

### **3.2.5 Instrumentos financeiros derivativos**

Instrumentos financeiros derivativos geralmente significam contratos cambiais, futuros de moeda e taxa de juros, contratos a termo, swaps monetários e de taxa de juros, e opções de moedas e juros (subscritos e adquiridos). Os instrumentos financeiros derivativos podem ser negociados em uma bolsa ou como instrumentos de balcão entre o Banco e um cliente.

Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo. O valor justo é determinado utilizando-se preços cotados de mercado, preços oferecidos por *traders*, modelos de desconto de fluxos de caixa, e modelos de avaliação de opções com base nos preços de mercado atuais e preços contratados para os instrumentos subjacentes, bem como a mudança no valor do dinheiro no decorrer do tempo, curvas de rendimento e a volatilidade dos ativos e passivos subjacentes. Todos os instrumentos financeiros derivativos são incluídos no ativo caso seu valor justo for positivo e no passivo caso seu valor justo for negativo.

Instrumentos financeiros derivativos incorporados em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente caso seus riscos e características não estiverem fortemente relacionados àqueles do contrato de derivativos subjacente e esse contrato não for classificado pelo valor justo por meio do resultado.

Para instrumentos não utilizados para operações de hedge, os ganhos e perdas realizados e não realizados com instrumentos financeiros derivativos são classificados pelo Banco como mantidos para negociação e reconhecidos em “Receita de juros”.

### **3.2.6 Operações compromissadas**

Os ativos financeiros que são vendidos e estão sujeitos a acordos de venda e recompra estão incluídos nas demonstrações financeiras em “ativos financeiros disponíveis para venda”. O passivo para a contraparte é incluído em “depósitos de instituições financeiras” e “depósitos de clientes”, dependendo da aplicadora.

Ativos financeiros adquiridos sob acordos de revenda e recompra são reconhecidos dependendo do prazo e da aplicadora como:

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Valores a receber de instituições financeiras, ou;
- Obrigações por títulos e valores mobiliários.

A diferença entre o preço de venda e preço de recompra é reconhecida como receita de juros ou despesa de juros no decorrer do prazo do acordo, com base no método de juros efetivos.

### **3.2.7 Empréstimos e recebíveis de clientes e valores a receber de instituições financeiras**

Empréstimos a clientes e valores a receber de instituições financeiras são instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou definidos, não cotados em um mercado ativo. Esses empréstimos e valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, incluindo custos da transação. Os empréstimos estão sujeitos a análises de redução ao valor recuperável individuais ou coletivas. Um ajuste de valor, uma provisão para perdas em empréstimos, é reconhecida se houver evidência objetiva de que o Banco não é capaz de receber os valores devidos com base nos termos originais do contrato.

O tamanho da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, que é o valor presente dos fluxos de caixa esperados, incluindo valores recuperáveis com base em avais, fianças e outras garantias, descontados pela taxa de juros efetiva original dos empréstimos.

A provisão para empréstimos inclui prejuízos se houver evidência objetiva de que as perdas são atribuíveis a algumas parcelas da carteira de empréstimos na data do balanço. Exemplos de evidência objetiva para ajustes de valor são:

- Problemas financeiros significativos por parte do tomador;
- Atraso no pagamento de juros e/ou do principal por parte do tomador;
- Renegociações de empréstimos;
- Possibilidade de falência ou reorganização financeira do tomador;
- Mudanças na situação de pagamento do tomador;
- Mudanças nas circunstâncias econômicas que poderão levar o tomador a não honrar seus compromissos financeiros.



## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

As perdas são estimadas com base no padrão histórico de prejuízos para cada parcela separada, nos *ratings* de crédito dos tomadores e levando em conta as condições econômicas sob as quais os tomadores realizam suas atividades.

O valor contábil dos empréstimos é reduzido por meio do uso de uma conta de provisão e o prejuízo é lançado na conta de resultado. Caso o empréstimo não for passível de recebimento, ele é baixado da provisão relacionada de perdas em empréstimos. Quaisquer valores recebidos subsequentemente são incluídos sob o item “provisão para créditos de liquidação duvidosa” na conta de resultado.

### **3.2.8 Depósitos de instituições financeiras, depósitos de clientes e obrigações por títulos e valores mobiliários**

Essas obrigações por empréstimos são inicialmente reconhecidas pelo custo, ou seja, os valores recebidos menos os custos de transação diretamente atribuíveis e não recorrentes. Os empréstimos são incluídos subsequentemente ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores líquidos e o valor de resgate é reconhecida no decorrer do prazo do empréstimo, utilizando o método de juros efetivos.

### **3.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### **3.4 Moedas estrangeiras**

#### **3.4.1 Moeda funcional**

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades controladas pelo Banco.

#### **3.4.2 Transações em moedas estrangeiras**

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente nas datas das transações. Diferenças de conversão surgidas na liquidação de tais transações ou na conversão de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado.

Diferenças de conversão em títulos de dívida e outros ativos financeiros monetários registrados pelo valor justo são incluídas em ganhos e perdas cambiais. Diferenças na conversão de itens não monetários tais como instrumentos acionários para negociação são reconhecidas como parte dos ganhos e perdas ao valor justo.

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### **3.5 Receitas e despesas de juros**

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos remunerados são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, com a aplicação do método dos juros efetivos. A receita de juros inclui cupons relacionados a ativos financeiros com juros fixos e ativos financeiros para negociação, bem como prêmios e descontos acumulados nos títulos do tesouro e outros instrumentos altamente líquidos.

Se quaisquer empréstimos sofrerem perdas por redução ao valor recuperável, eles são baixados para os seus valores recuperáveis e a receita de juros reconhecida a partir de então é baseada na taxa de desconto para se calcular o valor presente dos fluxos de caixa futuros utilizados para determinar os valores recuperáveis.

### **3.6 Tarifas, taxas e comissões**

A receita das atividades de administração de ativos consiste principalmente de taxa de administração de fundos e clubes de investimentos.

A receita de administração de ativos e corretagem de seguros é reconhecida conforme auferida uma vez que os serviços tenham sido prestados. Taxas, comissões e receita de outros serviços prestados são geralmente reconhecidas pelo regime da competência.

### **3.7 Ativo intangível**

#### **3.7.1 Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis incluem o valor de software de computadores.

Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo possa ser mensurado confiavelmente e é provável que os benefícios econômicos futuro esperados que seja a eles atribuído serão transferidos para o Banco.

Os gastos que melhoram o desempenho do software em relação às suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

Depois do reconhecimento inicial, ativos intangíveis são contabilizados ao custo menos qualquer amortização acumulada e qualquer perda com redução ao valor recuperável.

### **3.8 Imobilizado**

Os equipamentos para uso próprio são reconhecidos pelo custo histórico, líquido da depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável, caso aplicável.

As propriedades para uso próprio representam principalmente escritórios e também são reconhecidas ao custo menos a depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável, caso aplicável.

A depreciação pelo método linear é aplicada a esses ativos de acordo com o esquema abaixo.

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

Cada ativo é depreciado até o seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada:

- Terrenos: não são depreciados
- Edifícios: 55 anos
- Equipamentos de computação e veículos: 5 anos
- Outros equipamentos: 10 anos

Anualmente, o Banco avalia se há indicadores de redução ao valor recuperável do imobilizado.

Se o valor contábil de um ativo supera o seu valor recuperável estimado, o valor contábil é reduzido imediatamente para o valor recuperável.

Os ganhos e perdas na alienação dos itens do imobilizado são determinados na razão direta dos seus valores contábeis e levados em conta na determinação do resultado operacional. Os reparos e trabalho de manutenção são debitados do resultado no momento que os custos relevantes são incorridos. Os gastos para estender ou aumentar os benefícios de terrenos e edificações em comparação com seus benefícios originais são capitalizados e depreciados subsequente.

### **3.9 Propriedades para investimento**

Propriedades para investimento, principalmente edifícios comerciais, são mantidas para receita de locação de longo prazo e não são utilizadas pelo Banco ou suas controladas. As propriedades para investimento são reconhecidas como investimentos de longo prazo e incluídas no balanço pelo custo, líquido da depreciação acumulada e redução ao valor recuperável, caso aplicável.

As propriedades para investimento são depreciadas de acordo com os termos dos contratos de arrendamento subjacentes.

### **3.10 Provisões**

As provisões são reconhecidas se o Banco ou as empresas Controladas, possuem uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, se for provável que um desembolso de recursos que possui benefícios econômicos será necessário para liquidar a obrigação, e se uma estimativa confiável puder ser feita do valor da obrigação.

Se o Banco espera que uma provisão seja reembolsada, por exemplo, sob um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente se for praticamente certo. As provisões são lançadas pelo custo descontado dos fluxos de caixa futuros esperados.

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

### **3.11 Benefícios a pessoal**

Um plano de contribuição definida é aquele no qual o Banco paga contribuições fixas para uma entidade separada (um fundo de pensão) e não adquire nenhuma obrigação legal ou implícita.

Com base nos planos de contribuição definida, o Banco paga contribuições para planos de pensão segurados gerenciados por entidades públicas ou privadas em uma base compulsória, contratual ou voluntária. Uma vez que as contribuições tenham sido feitas, o Banco não tem obrigações posteriores de pagamento. As contribuições regulares são o total do custo para o exercício no qual elas são devidas e estão incluídas nessa base no item “despesas de pessoal”.

### **3.12 Impostos**

Os impostos a receber e a pagar e os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso estejam relacionados ao mesmo grupo tributário e à mesma autoridade tributária. Eles também são compensados se houver um direito garantido por lei para a compensação dos itens fiscais e o tratamento simultâneo, ou a liquidação for esperado.

Provisões são integralmente constituídas para passivos fiscais diferidos, utilizando o método do passivo, decorrentes de diferenças temporárias no balanço entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de relatórios financeiros.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos à medida que for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, com relação ao quais as diferenças temporárias podem ser utilizadas.

Os impostos sobre o lucro são calculados de acordo com a legislação tributária no Brasil e reconhecidos no período no qual o lucro é realizado.

Os efeitos fiscais da compensação de perdas tributárias não utilizadas são reconhecidos como um ativo se for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, com relação ao quais as perdas podem ser utilizadas.

Ativos ou passivos fiscais diferidos são incluídos para a reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda que são debitados ou transferidos para o patrimônio e reconhecidos na realização, juntamente com o respectivo ganho ou perda.

### **3.13 Garantias financeiras**

As garantias financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo e subsequente pelo maior valor entre:

- O valor que o Banco teria de pagar razoavelmente na data do balanço para liquidar a obrigação ou transferi-la para um terceiro; ou

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

- O valor contábil inicial menos a amortização.

### **3.14 Demonstração dos fluxos de caixa**

As disponibilidades abrangem recursos em caixa, depósitos no mercado monetário e depósitos em bancos centrais. A demonstração de fluxo de caixa é preparada de acordo com o método de cálculo indireto e fornece detalhes da origem das disponibilidades que se tornaram acessíveis durante o exercício e sua aplicação durante o ano.

O lucro operacional antes de impostos no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é ajustado para os itens no resultado e movimentações nos itens do balanço que efetivamente não geram fluxos de caixa durante o ano.

Os fluxos de caixa de atividades operacionais, de investimento e financiamento são apresentados separadamente. Movimentos nos empréstimos e recebíveis e depósitos interfinanceiros são contabilizados nos fluxos de caixa de atividades operacionais. As atividades de investimento referem-se a aquisições e alienações e repagamentos de investimentos financeiros, bem como a aquisição e alienação de controladas e imobilizado.

Os valores da emissão e pagamentos de empréstimos subordinados se qualificam como atividades de financiamentos.

### **3.15 Lucro por ação**

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo Banco.

Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais classe A terem direito sobre o recebimento de dividendos com base no lucro do Sistema Sicredi (que inclui as cooperativas de crédito), conforme previsto no acordo de acionistas do Banco. Estes dividendos são calculados com base em um coeficiente (QPL) aplicado sobre o resultado do Sistema Sicredi (que inclui as cooperativas de crédito) gerando, desta forma, uma desproporcionalidade na distribuição dos dividendos em relação à participação percentual sobre o capital do Banco.

### **3.16 Normas, alterações e interpretações publicadas pelo IASB em 2014 e que ainda não estão em vigor.**

Até 31 de dezembro de 2014, diversas normas e interpretações, e respectivas alterações, foram emitidas pelo IASB, que não estão vigentes para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de dezembro de 2014.

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

Aquelas que estão em análise e poderão ter efeito nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco são discutidas abaixo:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de impairment para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (joint venture): As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlado em conjunto (joint venture). Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de controle compartilhado.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes: Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Janeiro de 2017 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações tem o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações financeiras. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

IAS 19 (R1) – Benefícios a empregados: A entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Julho de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas.

Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 - Aplicando a Exceção à Consolidação: O documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 são efetivas para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014): Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foi revisado o IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações: IAS 19 - Benefícios aos Empregados e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

### **4. Conciliação entre IFRS e BRGAAP**

#### **4.1 Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS**

Os principais ajustes que impactaram o resultado e o patrimônio líquido do Banco são:

##### **4.1.1 Conversão de moeda estrangeira**

Para BRGAAP as operações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da entidade por meio da utilização da cotação “PTAX800” (média praticada no dia), conforme determinam as regras do BACEN. De acordo com o IAS 21, as operações em moeda estrangeira devem ser convertidas para a moeda funcional da entidade nas datas de fechamento de balanço a partir da utilização das taxas de fechamento de compra para ativos e venda para passivos.

A diferença na taxa de conversão de operações em moeda estrangeira gerou ajuste de critérios contábeis.

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### 4.1.2 Provisão para devedores duvidosos/Ajuste ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis

A provisão para devedores duvidosos, segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN é constituída com base nos requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682/99 que abrangem análise da carteira quanto aos riscos de perda, estratificação por faixas de vencimento e consideração a determinados parâmetros regulamentares.

A provisão para ajuste a valor de recuperação de ativos financeiros, segundo as normas internacionais é apurada tomando por base análise individual e coletiva das operações que compõem o portfólio de ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito e contemplam análise do histórico de perdas e informações conhecidas por ocasião das análises.

### 4.1.3 Ativos permanentes

A depreciação pelas práticas contábeis em BRGAAP foi influenciada por exigências fiscais, porém, de acordo com o IFRS elas devem refletir a vida útil dos ativos. O Banco e suas controladas utilizam para determinação da vida útil de seus prédios 25 anos, mas o laudo solicitado pelo Banco apurou a nova vida útil dos prédios de sua propriedade passando para 55 anos o que ocasionou uma reversão de depreciação.

### 4.1.4 Propriedade para investimento

A Administradora de Bens Sicredi, empresa controlada do Banco é destinada a administração de bens. A maior parte dos ativos imobilizados do Banco e suas controladas se encontra alocados nessa empresa, a qual faz a locação de instalações e edifícios para as empresas do consolidado, mas também loca para terceiros beneficiando-se do aluguel para geração de receitas.

O Banco e controladas não dá tratamento específico de propriedade para investimento a nenhum dos ativos mantidos pelo grupo.

Os imóveis são reconhecidos ao custo e depreciados normalmente e as receitas de aluguel são reconhecidos de acordo com a regime de competência.

Segundo determina o IFRS - Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, diante disso o Banco efetuou a reclassificação das áreas locadas para terceiros passando assim a ser reconhecida como Propriedade para investimento.

### 4.1.5 Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributárias ou dedutíveis. Sendo assim o Banco efetuou os cálculos dos impostos diferidos sobre os ajustes de adoção.



## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

### **4.1.6 Taxa efetiva de juros captação de poupança**

O IFRS exige que, para todos os instrumentos financeiros (ativos e passivos) que paguem juros que não são classificados como "valor justo contra resultado", os juros sejam reconhecidos de acordo com a taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta todos os fluxos de caixa esperados ao longo da vida esperada do instrumento ao valor contábil do instrumento no primeiro dia.

A vida esperada de um instrumento financeiro não é necessariamente igual à vida contratual - por exemplo, algumas operações têm um alto nível de pré-pagamento, renegociação ou resgate antes da data de vencimento. A vida esperada utilizada no cálculo da taxa efetiva de juros baseia-se nas provisões da entidade. A vida contratual deve ser utilizada apenas se a vida esperada não possa ser estimada de uma maneira confiável. Mudanças nas expectativas da entidade deveriam ser contabilizadas no resultado quando ocorrerem.

*O Banco avaliou suas operações de captação de poupança e identificou um ajuste imaterial, que foi reconhecido no resultado conforme determina o IFRS.*

### **4.1.7 Classificação dos instrumentos híbridos de capital e dívida e dívida subordinada**

Instrumentos financeiros emitidos são classificados com base em suas obrigações contratuais, e não em sua forma legal. Uma captação é classificada como Patrimônio Líquido se não possuir obrigação contratual de pagar juros, principal ou dividendo, por meio de entrega de caixa ou outros ativos financeiros ao detentor ou de troca de ativos e passivos financeiros com o detentor sob condições que são potencialmente desfavoráveis ao emissor.

As captações efetuadas pelo Banco através de Recibo de Depósito Bancário - RDB com a finalidade de "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", realizadas juntos às Cooperativas Centrais de Crédito controladoras não possuem prazo de vencimento e podem ser usados para absorção de prejuízos. Diante deste fato o Banco efetuou a reclassificação deste instrumento entendendo que o mesmo tem característica de capital.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

### 5. Capital Regulatório

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

	2014	2013
<b>O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:</b>	<b>1.190.044</b>	<b>923.905</b>
<b>Capital Principal - CP</b>	<b>1.062.081</b>	<b>799.247</b>
Capital Social	973.593	744.375
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros	89.613	55.031
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	(1.084)	- 159
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis a partir de outubro 2013	(41)	-
<b>Capital Complementar - CC</b>	<b>127.963</b>	<b>124.658</b>
Instrumentos híbridos de capital e dívida	148.968	134.439
Excesso de dedução de investimento em outras entidades no nível II	(21.005)	(9.781,00)
<b>O capital qualificado de Nível II pode ser detalhado conforme segue:</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ativo classificado como Dívida Subordinada	86.177	95.511
Dívida Subordinada	(86.177)	(95.511)
<b>Total do capital qualificado</b>	<b>1.190.044</b>	<b>923.905</b>
Ativos ponderados pelo Risco	651.876	703.620
Índices	20,08%	14,44%

### 6. Gerenciamento de Riscos

#### 6.1 Risco de crédito

O risco de crédito pode ser entendido como a possibilidade de o credor incorrer em perdas, em razão das obrigações assumidas pelo tomador não serem liquidadas nas condições pactuadas.

Contudo, dada à característica das atividades das instituições financeiras, todas as operações de crédito estão de alguma forma expostas ao risco, cabendo ao Sistema a realização de uma eficiente gestão com intuito de mitigar estes riscos, adequando as exposições aos níveis aceitáveis pela administração.

Para realização desta gestão devem ser controlados os seguintes fatores:

- Tamanho da exposição;
- Prazo da exposição;
- Probabilidade de inadimplência;

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

- Concentração em relação a um dado fator ou segmento (região geográfica, canal de distribuição ou origem, clientes individuais ou grupos econômicos, porte financeiro dos clientes individuais ou grupos econômicos, setor econômico, tipo de instrumento, tipo de garantia, moeda, país, etc.); e
- Diversificação do portfólio.

Este controle deve ser realizado através do estabelecimento de uma política clara e eficiente, alinhada com a cultura de crédito do Sistema, da definição de uma adequada estrutura de gerenciamento de risco de crédito, da mensuração adequada das perdas esperadas e não esperadas e do gerenciamento dos indicadores de exposição ao risco de crédito e de rentabilidade.

### **6.1.1 Cultura de crédito**

O Sicredi tem como cultura de crédito a responsabilidade de preservar os recursos que a ele são confiados. A adequada gestão destes recursos deve propiciar as condições para o atendimento das demandas de seus clientes e associados das cooperativas.

A cultura de crédito do Sistema é baseada nos seguintes preceitos básicos:

- Concessão do crédito com base na capacidade de pagamento dos tomadores, não sendo realizadas operações exclusivamente baseadas na garantia ou na possibilidade de cobrança de altos spreads;
- Concessão do crédito benéfica ao tomador, permitindo a esse realizar investimentos e melhorias ou satisfazer necessidades momentâneas;
- Observação irrestrita das normas internas e as emanadas pelas autoridades reguladoras;
- Observação incondicional da Política de Crédito;
- Ações de acompanhamento e controle independentes e eficazes;
- Crescimento sustentável das carteiras; e
- Utilização adequada dos sistemas de informações.

### **6.1.2. Estrutura de gestão de risco de crédito**

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi estão em conformidade com o referido normativo.

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

No Sicredi o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

A Área centralizada, sob a responsabilidade da Superintendência de Crédito e Risco de Crédito do Banco e subordinada à Diretoria Executiva de Crédito da mesma instituição, responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das entidades que compõem o Sistema. Essa unidade tem como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as entidades do Sistema.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

### **6.1.3 Política de crédito**

A Política de Crédito e seus Regulamentos são primordiais para nortear e embasar os procedimentos e operacionalidade de todo ciclo do crédito da organização. Este ciclo consiste num conjunto de atividades sequenciais, as quais se iniciam com as associações, passando pela concessão de um limite ou operação de crédito e depois pelo seu monitoramento e recebimento e, finalmente, pela cobrança extrajudicial ou judicial, que encerram e, ao mesmo tempo, reiniciam todo o processo.

Elaboração do Produto: esta etapa consiste em planejar adequadamente fatores como: público-alvo, formas de pagamento, fluxo de aprovação, prazos, taxas, garantias e retorno esperado para evitar o insucesso de um produto.

Iniciação ao Crédito: esta etapa refere-se ao processo de concessão do crédito, em que são definidas as políticas e estratégias, modelos de decisão, fluxo e critérios da análise de crédito, sistemas de captura e aplicação da política, ficha cadastral, política de exceção, entre outros.

Manutenção do Crédito: esta etapa consiste em atualizar e administrar corretamente as necessidades e informações do cliente, bem como acompanhar e gerir os limites. As principais funções são administração dos limites, autorizações de utilizações, oferta de novos produtos, prevenção à cobrança, entre outros.

Cobrança: etapa em que é realizado o processo de recuperação do crédito e recuperação do cliente, quando possível.

Perdas de Crédito: reconhecimento das perdas. No Brasil, a baixa a prejuízo é regulada pela Resolução 2.682/99 e deve ocorrer após uma operação permanecer classificada em *rating* H durante seis meses e inadimplente durante 180 (cento e oitenta) dias.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

Gerenciamento de Risco: as informações referentes aos resultados verificados durante todo o ciclo de crédito são utilizadas nesta etapa para gerenciar os riscos e traçar novas estratégias.

Dentre os principais componentes de uma política podemos citar:

- As normas legais;
- A definição estratégica da instituição;
- Os objetivos a serem alcançados;
- A forma de decisão e de delegação de poder;
- Os limites de crédito;
- A análise de crédito;
- A composição e a formalização dos processos; e
- A administração e o controle de crédito.

A constituição destes fatores/padrões tem como objetivo principal equilibrar o resultado da entidade, através de uma excelente qualidade da carteira de crédito, de um eficiente gerenciamento do risco orientando as atividades de crédito e delimitando os níveis de tolerância. Além de atuar tática e estrategicamente com as metas e planos da entidade.

### 6.1.4 Delimitações do crédito

No Sicredi, o processo de concessão e liberação do crédito está delimitado pelos níveis máximos de concentração e pelos critérios de elegibilidade dos clientes, classificados em:

- Sinais de Alerta: As ocorrências de alerta referem-se a situações que indicam uma probabilidade maior de risco e, portanto devem ser avaliadas de forma mais criteriosa;
- Critérios Restritivos: Os critérios restritivos referem-se a situações consideradas de maior risco que restringem o processo de concessão e liberação do crédito;
- Critérios de Impedimento: Os critérios impeditivos referem-se a situações de risco elevado e, portanto, não aceitas pelo Banco. A situação de impedimento atribui-se às condições do cliente no momento da concessão e liberação do crédito;
- Vedados: Referem-se a situações que possam trazer exposições a riscos em níveis inadmissíveis ao perfil da entidade que por princípio, perdem permanentemente a elegibilidade a crédito.

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

A deliberação de crédito dá-se através de:

Alçada Individual – atribuída a um indivíduo em decorrência do cargo que ocupa na instituição.

Comitês de Crédito – alçada atribuída a um colegiado composto por indivíduos capazes de tomar decisão aderente a estratégia da instituição e que ocupam determinados cargos diretamente relacionados com o ciclo de crédito.

### **6.1.5 Recuperação de crédito**

No Sicredi, todas as ações de recuperação de crédito visam estabelecer um processo de recuperação eficiente, de acordo com as características da entidade e com a melhor relação de custo vs. benefício. A recuperação de crédito no Sistema é realizada pela Gerência de Recuperação de Crédito e por Assessorias de Cobrança.

### **6.1.6 Operações com o mercado financeiro**

A política de risco de crédito estabelece que as aplicações realizadas pelo Sistema no mercado financeiro precedem de análise de crédito das contrapartes e aprovação de limites pelo Comitê de Crédito.

Os estudos técnicos realizados pela Gerência de Análise de Crédito baseiam-se em demonstrativos trimestrais auditados, ranking e rating das instituições, dados de concentração de devedores e depositantes, qualidade e perfil da carteira de crédito, carteira de tesouraria, coobrigações existentes e, em casos de bancos com capital de origem estrangeiros, informações econômico-financeiras do controlador.

### **6.1.7 Redução ao valor recuperável – Impairment**

Para fins de evidência de *Impairment*, o Banco segmenta as operações de sua carteira de crédito em:

- Provisão específica: As operações desta segmentação são realizadas com instituições filiadas ao Sicredi ou com coobrigação destas.

Com base em nossa experiência histórica, a inadimplência destas operações é nula. Nesses casos, o Banco opta por não estimar perdas;

- Provisão coletiva: Nesta segmentação a inadimplência estimada é avaliada segundo critérios estatísticos baseados no histórico de inadimplência das operações;
- Provisão geral (IBNR): Para esta segmentação o Banco avalia a probabilidade de inadimplência por meio de uma ferramenta estatística que tem por objetivo reconhecer as perdas ocorridas, mas não reconhecidas.

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### **6.2 Risco de liquidez**

A noção de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento.

Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do BACEN, o Banco possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Sistema Cooperativo Sicredi está centralizado no Banco sob unidade específica responsável pelo monitoramento do risco de liquidez do Sistema. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas:

- Projeções de Liquidez;
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;
- Plano de Contingência de Liquidez

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatórios \ Gestão de Riscos\ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### **6.3 Risco de mercado**

O risco de mercado origina-se da variação no valor dos ativos e passivos causada por mudanças nos preços e taxas de mercado, estando inclusos entre estes os juros, preço de ações, cotações de moedas estrangeiras e preços de commodities, podendo também derivar-se das mudanças na correlação entre esses fatores ou nas suas volatilidades.

A gestão de riscos de mercado consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível com os riscos incorridos.

A atividade de gerenciamento do risco de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. Tal atividade no Banco está sob responsabilidade da Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos e é exercida pela área de Análise Econômica e Riscos de Mercado.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatorios \ Gestão de Riscos".

### **6.4 Risco operacional**

A estrutura de gerenciamento do risco operacional no Sicredi está implementada de forma centralizada na Superintendência de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada diretamente à Presidência Executiva.

Essa estrutura é responsável pela administração da Política de Risco Operacional e pela coordenação e execução, no que lhe compete, dos processos relativos à disciplina para todo o sistema de forma padronizada, em conformidade com a Resolução nº 3.380/06 e demais normativos relacionados.

#### **6.4.1 Definição de risco operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

#### **6.4.2 Processo de gerenciamento do risco operacional**

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:



## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

Esses processos são conduzidos pela Superintendência de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional do Banco, com base nas premissas apresentadas a seguir.

### **6.4.3 Processo de avaliação de riscos e controles**

Este ciclo de gerenciamento do risco operacional, compreendido pelas etapas de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais visa implantar e implementar um sistema de controles internos voltados para o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, de forma a auxiliar a Instituição no alcance de seus objetivos, no cumprimento dos limites estabelecidos, leis e regulamentos, bem como na correção de eventuais desvios.

Os controles internos são periodicamente revisados e atualizados por equipe específica para este fim, sendo reportados e consolidados em matrizes de riscos desenvolvidas por processo. Tais matrizes contêm, entre outras informações, as conclusões dos exames efetuados e as recomendações a respeito de eventuais deficiências.

Todo o ciclo de gerenciamento do risco operacional é suportado por ferramenta sistêmica que integra as informações e possibilita o monitoramento centralizado do risco em todas as entidades do Sistema, financeiras e não financeiras.

De forma a contribuir com uma auditoria baseada em riscos, fazem uso das matrizes de riscos e controles, a equipe de Auditoria Interna do Sicredi, sendo essa integração determinante para o desenvolvimento de suas estratégias de testes e verificações.

### **6.4.4 Processo de documentação e armazenamento da base de perdas**

Com o intuito de atender às disposições regulamentares contidas na Resolução 3.380/06 e na Circular 3.647/13, o Sicredi vem se estruturando para formação contínua de uma base de dados de perdas internas, consolidadas em um único sistema, e gerenciada de forma centralizada pela Superintendência de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional do Banco Cooperativo Sicredi.

O Sicredi adota as seguintes premissas para a constituição de sua base de perdas:

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

- Ser estruturada de modo a permitir, no mínimo, a classificação interna das perdas e sua associação, segundo critérios consistentes, aos eventos de risco operacional definidos na Resolução CMN 3.380/06, e às linhas de negócio definidas na Circular 3.640/13 (ex: varejo, comercial, finanças corporativas, etc)
- Conter os eventos de risco operacional reconhecidos como despesa.
- Ser contínuo, não sendo permitido o descarte de dados incluídos na base.

As perdas operacionais capturadas, analisadas e gerenciadas são classificadas em oito possíveis categorias, quais sejam:

- i. Fraudes internas;
- ii. Fraudes externas;
- iii. Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- iv. Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- v. Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- vi. Aqueles que acarretem a interrupção das atividades da instituição;
- vii. Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- viii. Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição.

### **6.4.5 Processo de gestão de continuidade de negócios**

Estão previstos na Política de Continuidade de Negócios do Sicredi os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos da Organização no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

O Sicredi conta com datacenters para suportar a alta-disponibilidade das suas aplicações críticas, realizando testes anuais de avaliação da infraestrutura de contingência.

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

Adicionalmente, são disponibilizados acessos remotos (VPN) e realizados testes semestrais dos planos de continuidade operacional para as áreas de negócio que suportam produtos e serviços críticos.

No Sicredi, o plano de continuidade de negócio (PCN) é composto dos seguintes documentos:

- Plano de Continuidade Operacional (PCO): voltado a mitigar os impactos de eventos que causem indisponibilidade de local de trabalho, pessoas e recursos tecnológicos individuais que suportem os processos críticos. Os testes do PCO tem periodicidade semestral;
- Plano de Recuperação de Desastres de TI (PRDTI): tem por objetivo garantir a ativação da contingência dos serviços e ativos de TI que suportam os processos críticos de negócios. Os testes do PRDTI tem periodicidade anual.

### **6.4.6 Processo de alocação de capital para o risco operacional**

Tem-se como premissa da alocação de capital para risco operacional a reserva de recursos para absorver perdas materializadas no ambiente da instituição que se relacionem às atividades operacionais da empresa – fazendo com que a realização deste tipo de perda não afete a liquidez e a solidez da entidade analisada.

O Sicredi utiliza para suas entidades ligadas duas metodologias de cálculo. Em relação ao Banco Cooperativo Sicredi e Cooperativas Centrais, a metodologia utilizada é a Abordagem do Indicador Básico (BIA); em relação às Cooperativas Singulares enquadradas no Regime Prudencial Completo, a metodologia utilizada para o cálculo da parcela do risco operacional é a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (ASA). Em relação às Cooperativas Singulares enquadradas no Regime Prudencial Simplificado, a parcela do risco operacional não é considerada para fins de alocação de capital.

### **6.4.7 Comunicação e reporte do risco operacional**

A estrutura de gerenciamento do risco operacional no Sicredi prevê a manutenção de canais de reporte efetivos que assegurem a todos os colaboradores, nos diversos níveis hierárquicos, acesso às políticas, normas e procedimentos de gestão do risco operacional, bem como ao público externo, por meio de relatórios disponibilizados no site da Instituição.

Adicionalmente, essa estrutura possui participação fixa nas reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Comitê de Compliance, e Comitê Técnico de Riscos.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

Anualmente, a Superintendência de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional do Banco Cooperativo Sicredi coordena o processo de elaboração, divulgação e aprovação do relatório anual do risco operacional para cada entidade financeira que compõe o Sistema Sicredi, quais sejam, as Cooperativas Singulares, as Cooperativas Centrais, e o Banco Cooperativo Sicredi.

Os relatórios são formalmente submetidos para diretoria executiva das instituições e ao conselho de administração.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Risco Operacional \ Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional".

### 6.5 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

2014			
	Nota	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>			
Valores a receber de instituições financeiras	6.5.1	10.025.359	10.056.219
Empréstimos e recebíveis de clientes	6.5.2	13.891.113	13.891.113
<b>Total do ativo</b>		<b>23.916.472</b>	<b>23.947.332</b>
<b>Passivo</b>			
Depósitos de instituições financeiras	6.5.4	12.799.366	12.799.366
Depósitos de clientes	6.5.4	4.597.267	4.597.267
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.5.3	9.518.571	9.557.409
<b>Total do passivo (instrumentos financeiros)</b>		<b>26.915.204</b>	<b>26.954.042</b>

  

2013			
	Nota	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>			
Valores a receber de instituições financeiras	6.5.1	7.957.329	8.000.408
Empréstimos e recebíveis de clientes	6.5.2	11.417.180	11.417.180
<b>Total do ativo</b>		<b>19.374.509</b>	<b>19.417.588</b>
<b>Passivo</b>			
Depósitos de instituições financeiras	6.5.4	11.365.603	11.365.603
Depósitos de clientes	6.5.4	3.867.099	3.867.099
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.5.3	7.298.686	7.342.400
<b>Total do passivo (instrumentos financeiros)</b>		<b>22.531.388</b>	<b>22.575.102</b>

O valor justo é o valor no qual um ativo poderia ser negociado ou um passivo liquidado entre duas partes informadas e dispostas em uma transação isenta de interesses.

6.5.1 Valores a receber de instituições financeiras: O valor justo dos valores a receber de instituições financeiras é estimado a partir dos modelos de fluxo de caixa descontado.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

- 6.5.2 Ativos financeiros disponíveis para venda: O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é estimado a partir dos modelos de fluxo de caixa descontado ou, quando aplicáveis, modelos de precificação de opções.
- 6.5.3 Obrigações por títulos e valores mobiliários: O valor justo desses instrumentos é calculado utilizando-se um modelo de fluxo de caixa descontado, com base em uma curva de rendimento atual apropriada para o prazo de vencimento.
- 6.5.4 Ativos financeiros para negociação e demais instrumentos financeiros ativos e passivos: Assume-se que o valor justo dos demais instrumentos financeiros ativos e passivos é praticamente igual ao seu valor contábil.

O teste de sensibilidade tem como objetivo medir a volatilidade dos preços de um título em função de oscilações nas taxas de juros, complementando o gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira de não negociação.

A tabela abaixo apresenta, para cada fator de risco com exposição relevante, a variação percentual da taxa de juros necessária para gerar uma redução do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação correspondente a 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência (PR).

Fator de Risco	Exposição		5% PR		10% PR		20% PR	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Pré	5.450.163	3.027.085	2,16%	3,84%	4,50%	7,97%	9,85%	17,21%
TR	2.216.379	4.837.164	-1,53%	7,90%	-2,98%	18,46%	-5,65%	52,39%

A tabela a seguir resume os métodos de avaliação utilizados para determinar o valor justo de ativos e passivos financeiros. Em função do prazo relativamente curto entre seu reconhecimento inicial e realização esperada, os valores contábeis desses itens são uma boa aproximação dos seus valores justos.

O detalhamento é o seguinte:

- Nível 1: Preços de mercado cotados em um mercado ativo;
- Nível 2: Métodos de avaliação baseados em premissas totalmente suportadas por preços ou taxas de mercado demonstráveis em um mercado ativo;
- Nível 3: Métodos de avaliação baseados em premissas não ou apenas parcialmente suportadas por preços ou taxas de mercado demonstráveis em um mercado ativo. Não há itens avaliados através desta metodologia.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>			
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.575.545	-	1.575.545
Ativos financeiros para negociação	208.114	216.103	424.217
Derivativos	-	296	296
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	2.538.037	2.538.037
<b>Passivo</b>			
Depósitos de instituições financeiras	12.799.366	-	12.799.366
Depósitos de clientes	4.597.267	-	4.597.267
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	9.518.571	9.518.571
Outros passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	-	363	363
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>			
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.476.684	-	1.476.684
Ativos financeiros para negociação	83.108	190.074	263.182
Derivativos	-	1213	1213
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	2.865.190	2.865.190
<b>Passivo</b>			
Depósitos de instituições financeiras	11.365.603	-	11.365.603
Depósitos de clientes	3.867.099	-	3.867.099
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	7.298.686	7.298.686
Outros passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	-	235	235

A tabela a seguir apresenta o detalhamento dos prazos dos ativos e passivos financeiros mais relevantes do Banco:

	2014			
	Sem vencimento e Até 3 meses	A vencer em até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>				
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.575.545	-	-	1.575.545
Valores a receber de instituições financeiras	763.519	2.843.062	6.418.778	10.025.359
Ativos financeiros para negociação	45.465	170.639	208.113	424.217
Empréstimos e recebíveis de clientes	1.496.090	7.087.578	5.307.445	13.891.113
Ativos financeiros disponíveis para venda	99	886.806	1.651.132	2.538.037
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	303.591	44.439	348.030
<b>Passivos</b>				
Depósitos de instituições financeiras	1.029.183	5.208.508	6.561.675	12.799.366
Depósitos de clientes	4.555.919	31.131	10.217	4.597.267
Obrigações por títulos e valores mobiliários	8.952.207	239.193	327.171	9.518.571
<b>2013</b>				
	Sem vencimento e Até 3 meses	A vencer em até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>				
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.476.684	-	-	1.476.684
Valores a receber de instituições financeiras	7.724.449	232.880	-	7.957.329
Ativos financeiros para negociação	84.543	125.520	53.119	263.182
Empréstimos e recebíveis de clientes	1.110.763	6.228.428	4.077.989	11.417.180
Ativos financeiros disponíveis para venda	638.202	943.292	1.283.696	2.865.190
<b>Passivos</b>				
Depósitos de instituições financeiras	1.074.981	5.239.002	5.051.620	11.365.603
Depósitos de clientes	3.835.514	312.13	372	3.867.099
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.992.553	48.681	257.452	7.298.686

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### 7. Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Disponibilidade	78.477	55.276
Operações compromissadas	1.484.269	1.410.348
Depósitos em banco centrais com exceção dos depósitos de reservas compulsórias	12.799	11.060
<b>Total</b>	<b>1.575.545</b>	<b>1.476.684</b>

Os depósitos de reserva compulsórios são depósitos junto ao BACEN exigidos com base na sua política de reserva mínima.

### 8. Valores a receber de instituições financeiras

	2014	2013
Depósitos junto a instituições financeiras	586.748	684.619
Operações compromissadas - aplicações	9.438.611	7.272.710
<b>Total</b>	<b>10.025.359</b>	<b>7.957.329</b>

### 9. Ativos financeiros para negociação

	2014	2013
Títulos públicos	208.113	83.109
Outros títulos de dívida - CPR	170.639	147.386
Quotas de fundos de investimentos	45.465	32.687
<b>Total</b>	<b>424.217</b>	<b>263.182</b>

### 10. Instrumentos financeiros derivativos e outros passivos relacionados a negociações

As tabelas a seguir apresentam os valores contratuais e os valores justos positivos e negativos dos contratos de derivativos do Banco.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2014

Instrumentos financeiros derivativos  
**Total**

Valor do contrato	Valor justo	
	Ativo	Passivo
1.797.009	147	210
1.797.009	147	210

Em 31 de dezembro de 2014

- Derivativos de moedas  
- Não cotados  
- Swaps  
- Cotados  
- Futuros  
- Opção  
- Derivativos de taxas de juros  
- Não cotados  
- Swaps  
**Total**

Valor do contrato	Valor justo	
	Ativo	Passivo
1.463.509	147	210
4.304	135	210
4.304	135	210
1.459.205	12	-
1.457.905	-	-
1.300	12	-
333.500	-	-
333.500	-	-
333.500	-	-
1.797.009	147	210

Em 31 de dezembro de 2013

Instrumentos financeiros derivativos  
**Total**

Valor do contrato	Valor justo	
	Ativo	Passivo
1.778.993	1.213	235
1.778.993	1.213	235

Em 31 de dezembro de 2013

- Derivativos de moedas  
- Não cotados  
- Swaps  
- Cotados  
- Futuros  
- Derivativos de taxas de juros  
- Não cotados  
- Swaps  
**Total**

Valor do contrato	Valor justo	
	Ativo	Passivo
1.550.143	460	5
7.546	460	5
7.546	460	5
1.542.597	-	-
1.542.597	-	-
228.850	753	230
228.850	753	230
228.850	753	230
1.778.993	1.213	235



## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### 11. Empréstimos e recebíveis de clientes

	2014	2013
Empréstimos para clientes privados		
Clientes carteira comercial	1.505.384	1.204.752
Clientes carteira rural	11.748.812	9.716.431
Clientes carteira câmbio	71.625	69.465
Clientes cartões	429.247	313.120
Demais clientes	137.795	121.437
Menos: Provisões de crédito	(1.750)	(8.025)
<b>Total</b>	<b>13.891.113</b>	<b>11.417.180</b>
	2014	2013
<b>Detalhamento das provisões de crédito:</b>		
<i>Em 1º janeiro</i>	8.025	1.585
- Redução ao valor recuperável adicional para perdas de crédito	(6.275)	13.272
- Outros	-	(6.832)
<b>Total do valor das provisões em empréstimos e recebíveis de clientes</b>	<b>1.750</b>	<b>8.025</b>
Provisão coletiva	308	367
Provisão geral (IBNR)	1.442	7.658
<b>Total do valor das provisões em empréstimos e recebíveis de clientes</b>	<b>1.750</b>	<b>8.025</b>

A tabela a seguir demonstra a concentração das operações de crédito.

	2014	%	2013	%
10 maiores devedores	3.109.686	22,38	2.709.823	23,72
50 devedores seguintes	4.652.709	33,49	3.866.952	33,85
100 devedores seguintes	733.147	5,28	748.007	6,55
Demais	5.397.321	38,85	4.100.423	35,88
<b>Total</b>	<b>13.892.863</b>	<b>100,00</b>	<b>11.425.205</b>	<b>100,00</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 214 (2013 – R\$ 17).

Não houve renegociações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O Banco possui sistema interno de rating de crédito que está de acordo com os requerimentos do BACEN. Suas operações estão substancialmente concentradas junto às Cooperativas de Crédito do sistema Sicredi através de operações diretas aos seus associados cooperados, avaliados como de risco baixo. O risco baixo inclui operações classificadas com ratings AA e A.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### 12. Ativos financeiros disponíveis para venda

	2014	2013
Títulos públicos	2.537.938	2.865.079
Instrumentos de ações de capital	99	111
<b>Total de ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>2.538.037</b>	<b>2.865.190</b>

Em 31 de dezembro de 2014, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram perda líquida de R\$ 1.807 (2013 – R\$ 263), os quais estão registrados líquidos dos efeitos tributários no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, no valor de R\$ 1.084 (2013 – R\$ 159).

### 13. Ativos intangíveis

	Outros ativos intangíveis
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2014</i>	
Valor contábil líquido inicial	1.039
- Adições	340
- Amortização	(1)
- Transferências	(306)
<b>Valor contábil líquido final</b>	<b>1.072</b>
Custo	2.938
Amortização acumulada e reduções ao valor recuperável	(1.866)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>1.072</b>
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2013</i>	
Valor contábil líquido inicial	583
- Adições	471
- Baixas	(204)
- Amortização	189
<b>Valor contábil líquido final</b>	<b>1.039</b>
Custo	2.599
Amortização acumulada e reduções ao valor recuperável	(1.560)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>1.039</b>

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### 14. Imobilizado

*Exercício findo em 31 de dezembro de 2014*

Valor contábil líquido inicial

- Adições  
- Alienações  
- Depreciação e reduções ao valor recuperável  
- Transferência

**Valor contábil líquido final**

Custo

Depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável

**Variação do valor contábil líquido**

Terrenos e edifícios	Equipamentos	Total
42.196	8.915	51.111
1.380	5.959	7.339
-	(67)	(67)
(686)	(2.788)	(3.474)
(243)	243	-
42.647	12.262	54.909
48.329	35.548	83.877
(5.682)	(23.286)	(28.968)
42.647	12.262	54.909

*Exercício findo em 31 de dezembro de 2013*

Valor contábil líquido inicial

- Adições  
- Alienações  
- Depreciação e reduções ao valor recuperável  
- Transferência

**Valor contábil líquido final**

Custo

Depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável

**Variação do valor contábil líquido**

40.374	12.097	52.471
519	2.155	2.674
-	(167)	(167)
(520)	(4.037)	(4.557)
1.823	(1.133)	690
42.196	8.915	51.111
47.192	29.757	76.949
(4.996)	(20.842)	(25.838)
42.196	8.915	51.111

### 15. Propriedades para investimento

	2014	2013
Valor contábil líquido inicial	3.890	4.840
- Depreciação	(80)	(72)
- Transferência	-	(878)
Valor contábil líquido final	3.810	3.890
- Custo	4.459	4.459
- Depreciação	(649)	(569)
<b>Variação do valor contábil líquido</b>	<b>3.810</b>	<b>3.890</b>

**Detalhamento da receita de locação de propriedades para investimento:**

Receita de locação líquida de propriedades para investimento	464	538
--	-----	-----

O valor justo e o valor contábil são praticamente iguais. O vencimento máximo remanescente de propriedades para investimento é de 15 anos.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### 16. Outros ativos

	2014	2013
Recebíveis e pagamentos antecipados	76.159	75.812
Outros ativos	25.181	29.055
<b>Total de outros ativos</b>	<b>101.340</b>	<b>104.867</b>

### 17. Depósitos de instituições financeiras

	2014	2013
Outros empréstimos	5.658.919	4.424.541
Outros depósitos	7.140.447	6.941.062
<b>Total de depósitos de instituições financeiras</b>	<b>12.799.366</b>	<b>11.365.603</b>

### 18. Depósitos de clientes

	2014	2013
Depósitos à vista	40.821	42.477
Depósitos a prazo	4.538.743	3.816.238
Outros devido a clientes	17.703	8.384
<b>Total de depósitos de clientes</b>	<b>4.597.267</b>	<b>3.867.099</b>

### 19. Obrigações por títulos e valores mobiliários

	2014	2013
Outros títulos de dívida	9.518.571	7.298.686
<b>Total de obrigações de títulos e valores mobiliários</b>	<b>9.518.571</b>	<b>7.298.686</b>

### 20. Provisões

A Instituição possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	2014	2013
Trabalhista	Provável	8.059	9.415
Cível	Provável	754	764
Tributária	Provável	240	3
<b>Total</b>		<b>9.053</b>	<b>10.182</b>

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco possuía também processos cíveis, trabalhistas e tributários cuja probabilidade de perda é possível na Controladora no montante de R\$ 18.541 (2013 – R\$ 1.100) e no Consolidado no montante de R\$ 18.862 (2013 – R\$ 2.338).

A movimentação da provisão para contingências é como segue:

	2014	2013
<i>Outras provisões:</i>		
Saldo inicial	10.182	6.524
- Adições	1.840	4.220
- Saques	(2.969)	(562)
<b>Saldo Final</b>	<b>9.053</b>	<b>10.182</b>

Vencimento estimado das provisões do Banco (excluindo provisões para benefícios a funcionários e para devedores duvidosos):

	Menos de 1 ano	1-5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014	8.093	960	9.053
Em 31 de dezembro de 2013	8.368	1.814	10.182

## 21. Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados para todas as diferenças temporárias utilizando o método do 'passivo' com base em uma alíquota de impostos vigente de 40% (2013: 40%) no Brasil. As mudanças no imposto de renda diferido podem ser detalhadas conforme segue:

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

	2014	2013
<b>Ativo fiscal diferido - conciliação</b>		
Saldo inicial	17.383	11.135
- Reconhecido no resultado:		
- outras diferenças temporárias	(3.455)	6.140
- Ativos financeiros disponíveis para venda:		
- remensuração do valor justo	1.117	108
<b>Saldo Final</b>	<b>15.045</b>	<b>17.383</b>
<b>Passivo fiscal diferido - conciliação</b>		
Saldo inicial	3.268	2.414
- Reconhecido no resultado:		
- outras diferenças temporárias	156	332
- Ativos financeiros disponíveis para venda:		
- remensuração do valor justo	26	(60)
- Diferenças cambiais	1.239	582
<b>Saldo Final</b>	<b>4.689</b>	<b>3.268</b>
<b>Ativo fiscal diferido - por tipo</b>		
Reduções ao valor recuperável (impairment)	2.785	5.880
Outras provisões	3.587	4.125
Provisão para PPR e Bônus	7.337	7.160
Marcação a Mercado TVM	1.336	218
<b>Total do ativo fiscal diferido</b>	<b>15.045</b>	<b>17.383</b>
<b>Passivo fiscal diferido - por tipo</b>		
Imobilizado	1.855	1.700
Diferenças Cambiais	2.797	1.557
Marcação a Mercado TVM	37	11
<b>Total do passivo fiscal diferido</b>	<b>4.689</b>	<b>3.268</b>

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso existir um direito legal de compensar ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente e os itens do imposto diferido relacionar-se à mesma autoridade tributária.

Os valores dos ativos, fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Ano	Valor dos créditos	
	2014	2013
2014	-	12.364
2015	5.349	4.712
2016	1.973	158
2017	1.674	-
2018	2.035	220
2019	1.651	(71)
2020	1.828	-
2021	535	-
<b>Total</b>	<b>15.045</b>	<b>17.383</b>

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### 22. Outros passivos

	2014	2013
Operações com cartões de crédito (i)	443.856	267.600
Valores a pagar	187.607	167.795
Dividendos a pagar	21.100	11.054
Outros	25.744	92.434
<b>Total de outros passivos</b>	<b>678.307</b>	<b>538.883</b>

(i) Valores a pagar de transações de cartões de crédito.

### 23. Patrimônio líquido

#### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social é de R\$ 973.593 (2013 – R\$ 744.375), representado por 680.826.744 ações ordinárias (2013 – 537.390.932), 175.675.858 ações preferenciais Classe A escriturais sem valor nominal (2013 – 130.249.464) e 27.611.569 ações preferenciais Classe B escriturais sem valor nominal (2013 – 21.523.109).

Em 21 de fevereiro de 2014, foi autorizado o aumento do capital social em R\$ 44.218, representado por 11.789.296 ações ordinárias, 24.815.651 ações preferenciais Classe A e 1.002.717 ações preferenciais Classe B, ao valor unitário de R\$ 1,175775202, aprovado pelo BACEN em 11 de abril de 2014, via integralização de dividendos.

Em 15 de maio de 2014, foi autorizado o aumento do capital social em R\$ 185.000, mediante emissão de 157.343.003 ações, sendo 131.646.517 novas ações ordinárias, 20.610.743 preferenciais de Classe A sem valor nominal e 5.085.743 preferenciais de Classe B, ao valor unitário de R\$ 1,175775202, aprovado pelo BACEN em 3 de julho de 2014.

As ações preferenciais Classe A têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco; (c) os mesmos direitos de voto concedidos às ações ordinárias do Banco atualmente existentes; e (d) prioridade no reembolso do capital social. Os dividendos atribuídos às ações ordinárias serão constituídos pelos lucros remanescentes após o pagamento das ações preferenciais Classe A.

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

As ações preferenciais Classe B têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco, com exceção das Ações Preferenciais Classe A que se colocarão *pari passu* com as Ações Preferenciais Classe B e, portanto, terão a mesma prioridade que as Ações Preferenciais Classe B; e (c) prioridade no reembolso do capital social, *pari passu* com as ações preferenciais Classe A.

### Instrumentos híbridos de capital e dívida

	2014	2013
Instrumentos híbridos de capital e dívida - principal	134.539	52.400
Instrumentos híbridos de capital e dívida - encargos	14.429	82.039
<b>Total</b>	<b>148.968</b>	<b>134.439</b>

Em 02 de maio de 2005, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.837/01, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais de Crédito no montante de R\$ 52.400, através da emissão de Recibos de Depósito Bancário - RDB, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida". A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, denominada "Taxa DI Over Extra Grupo" expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados.

Em 03 de janeiro de 2014, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais de Crédito no montante de R\$ 134.539, através da emissão de Letra Financeira Subordinada, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", em substituição aos Recibos de Depósito Bancário – RDB emitidos em 2005. A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à 100% da Taxa DI expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados. Os recursos captados poderão ser usados para absorção de eventuais prejuízos.

Para fins de IFRS esses valores foram reclassificados para capital social diante da característica da dívida. (vide nota 4.1.7).

#### b) Reserva de lucros

Reserva Legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitado a até 20% do capital social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 4.442 em 31 de dezembro de 2014.

Reserva Especial de Lucro - na reunião da Diretoria realizada no dia 22 de dezembro de 2014 foi autorizada a constituição de reserva no montante de R\$ 63.305, a qual será formalizada em assembleia que irá ocorrer no dia 27 de fevereiro de 2015.



## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### c) Dividendos

Conforme estatuto social da Instituição, o dividendo mínimo obrigatório não deverá ser inferior a 25% do lucro líquido, após a constituição da reserva legal.

Na reunião da Diretoria realizada no dia 22 de dezembro de 2014, foi autorizada a distribuição dos dividendos mínimos relativos ao exercício de 2014, no montante de R\$ 21.101, que serão distribuídos às ações preferenciais Classe A e Classe B.

As ações preferenciais Classe A e Classe B terão respectivamente direito a R\$ 44.533 e R\$ 3.169, calculados com base no resultado consolidado do Sistema Sicredi. Deste montante, R\$ 20.601 estão registrados em "Dividendos obrigatórios não distribuídos", cuja destinação será formalizada em assembleia que irá ocorrer no dia 27 de fevereiro de 2015.

### d) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações durante o período.

	2014	2013
<b>Quantidade</b>		
Ações preferenciais classe A	175.675.858	130.249.464
Ações preferenciais classe B	27.611.569	21.523.109
Ações ordinárias	680.826.744	537.390.932
<b>Lucro por ação</b>		
<b>Lucro básico por ação (em Reais - R\$)</b>		
Ações preferenciais classe A	0,25	0,22
Ações preferenciais classe B	0,11	0,05
Ações ordinárias	0,07	0,03

## 24. Receitas e despesas de juros

	2014	2013
<b>Receita de juros</b>		
Valores a receber de instituições financeiras	981.085	710.171
Ativos financeiros para negociação	(1.256)	19
Empréstimos e recebíveis de clientes	773.754	599.811
Ativos financeiros disponíveis para venda	373.532	258.225
<b>Total da receita de juros</b>	<b>2.127.115</b>	<b>1.568.226</b>
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Despesa de juros</b>		
Depósitos de instituições financeiras	(624.573)	(517.269)
Depósitos de clientes	(267.737)	(188.797)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	(866.434)	(613.424)
<b>Total da despesa de juros</b>	<b>(1.758.744)</b>	<b>(1.319.490)</b>
<b>Receita líquida com juros</b>	<b>368.371</b>	<b>248.736</b>

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### 25. Tarifas, taxas e comissões

	2014	2013
<b>Receita de tarifas, taxas e comissões</b>		
Administração de ativos	12.939	9.995
Taxa de administração de cartões	67.843	61.750
Taxa de administração de operações de consórcio	98.455	74.255
Comissão de seguro	220.484	180.911
Taxas de custódia e serviços de títulos	2.424	1.586
Taxas de administração	33.508	28.459
<b>Total da receita de tarifas, taxas e comissões</b>	<b>435.653</b>	<b>356.956</b>
<b>Despesa de tarifas, taxas e comissões</b>		
Comissão de seguro	(190.132)	(154.687)
<b>Total da despesa de tarifas, taxas e comissões</b>	<b>(190.132)</b>	<b>(154.687)</b>
<b>Tarifas, taxas e comissões líquidas</b>	<b>245.521</b>	<b>202.269</b>

### 26. Ganho/(perda) líquida de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado

	2014	2013
Instrumentos de dívida e instrumentos financeiros derivativos	830	3.334
Moedas estrangeiras e outras receitas de negociação	5.271	2.311
<b>Lucro líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado</b>	<b>6.101</b>	<b>5.645</b>

O lucro líquido da negociação de moedas também inclui ganhos e perdas nos contratos à vista e a termo, opções, futuros e ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras.

### 27. Outras receitas operacionais

	2014	2013
Receitas com carteira de câmbio	5.999	8.039
Convênio INSS	2.331	2.044
Convênio Pré-depósito Compe	-	1.410
Reversão provisão operacionais	2.731	10.014
Recuperação de encargos e despesas	13.810	8.225
Receita variação monetária	24.322	29.199
Outras receitas operacionais	53.966	41.160
<b>Total de outras receitas operacionais</b>	<b>103.159</b>	<b>100.091</b>

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### 28. Despesas de pessoal

	2014	2013
Ordenados e salários	(85.742)	(83.027)
Contribuições previdenciárias e custos de seguro	(18.060)	(16.694)
Outros despesas de pessoal	(15.366)	(13.364)
<b>Total de despesas de pessoal</b>	<b>(119.168)</b>	<b>(113.085)</b>

### 29. Outras despesas administrativas

	2014	2013
Despesas de viagem	(3.203)	(3.069)
Materiais de escritório	(219)	(223)
Despesas de TI	(5.449)	(5.013)
Despesas de publicidade	(5.055)	(3.879)
Manutenção de edifícios	(192)	(208)
Honorários profissionais	(5.678)	(3.049)
Despesas tributárias	(61.524)	(48.744)
Despesas prestação de serviços cooperativas	(80.022)	(57.572)
Despesas serviços prestados SFN	(189.247)	(133.934)
Despesas serviços técnicos especializados	(60.752)	(51.162)
Outras despesas	(11.611)	(12.076)
<b>Total de outras despesas administrativas</b>	<b>(422.952)</b>	<b>(318.929)</b>

### 30. Outras despesas operacionais

	2014	2013
Despesa com carteira de câmbio	(10.333)	(13.046)
Convênio - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	(2.472)	(2.079)
Convênio - Secretária Receita Federal - SEFAZ	(1.455)	(919)
Despesa variação monetária	(346)	(300)
Outras despesas operacionais	(10.782)	(11.869)
<b>Total de outras despesas operacionais</b>	<b>(25.388)</b>	<b>(28.213)</b>

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### 31. Tributação sobre o lucro

A tributação sobre o lucro operacional do Banco difere do valor nominal baseado nas alíquotas de imposto padrão brasileiras. A reconciliação entre os dois valores é mostrada abaixo:

	2014	2013
Lucro operacional antes da tributação e antes da participação dos acionistas minoritários	158.060	78.409
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(63.224)	(31.364)
Exclusões / (Adições)		
Permanentes		
Incentivos fiscais	1.768	1.876
Constituição PPR pessoal	(1.813)	(2.605)
Reversão IR e CSLL exercício anterior	-	(1.781)
Brindes e doações	(865)	-
Patrocínio	(83)	-
Outros, líquidos	895	181
Subtotal	(98)	(2.329)
Temporárias		
Provisão/ Reversão de PPR Pessoal	(484)	713
Provisão/Reversão para operações de crédito	3.094	(5.308)
Reversão/Provisão para passivos contingentes	457	(1.544)
Ajuste de títulos marcados a mercado	(473)	7
Depreciação	331	333
Diferenças cambiais	1.242	467
Outros, líquidos	(3)	115
Subtotal	4.164	(5.217)
IRPJ e CSLL correntes	(59.158)	(38.910)
Constituição de créditos tributários	(4.375)	5.217
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(63.533)	(33.693)
Alíquota efetiva	-40%	-43%

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### 32. Transações com partes relacionadas

Duas partes são consideradas relacionadas caso uma parte exerça controle ou tenha influência significativa sobre a outra parte (no que tange a decisões financeiras ou operacionais). No curso normal dos negócios, o Banco e empresas Controladas realizam uma ampla gama de transações com entidades relacionadas envolvendo diferentes tipos de empréstimos, depósitos e transações em moedas estrangeiras. As transações entre partes relacionadas também incluem transações com controladas, acionistas e alta administração, bem como transações entre controladas.

#### 32.1 Instituições relacionadas/Sistema de Crédito Cooperativo – (Sicredi)

Conforme detalhado no contexto operacional (nota 1), o Banco foi criado para atendimento as necessidades das Cooperativas de Crédito no acesso ao mercado financeiro em sua totalidade.

Abaixo apresentamos as principais operações realizadas pelo Banco com as entidades do Sicredi:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
<b>Ativo</b>	<b>8.435.661</b>	<b>6.946.885</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.907	13.558
Operações de crédito	7.918.455	6.826.095
Rendas a receber	1.540	1.940
Titulos e créditos a receber	107.183	105.292
Outros créditos - diversos	401.576	-
	<b>12.155.735</b>	<b>9.814.513</b>
<b>Passivo</b>		
Depósitos à vista	4.945	1.388
Depósitos interfinanceiros	3.040.751	3.274.616
Captações no mercado aberto - carteira de terceiros	8.880.129	6.319.048
Sociais e estatutárias	19.910	10.582
Outras obrigações - diversas	61.032	74.440
Instrumentos híbridos de capital e dívida	148.968	134.439
	<b>460.812</b>	<b>367.799</b>
<b>Receitas</b>	<b>432.802</b>	<b>346.380</b>
Operações de crédito	742	920
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16.162	13.541
Receitas de prestação de serviços	11.106	6.628
Outras receitas operacionais	-	330
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
	<b>1.309.028</b>	<b>348.035</b>
<b>Despesas</b>	<b>1.121.624</b>	<b>214.997</b>
Operações de captação no mercado	1.800	1.380
Resultado de operações de câmbio	185.147	131.658
Outras despesas administrativas	37	-
Outras despesas operacionais	420	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### 32.2 Instituições relacionadas/controladas

Os volumes de transações com partes relacionadas, saldos a pagar no encerramento do exercício e receitas e despesas correspondentes durante o exercício são fornecidos abaixo:

	2014	2013
<b>Depósitos de instituições financeiras / depósitos de clientes</b>		
Pendentes no início do exercício	11.683	12.486
- Recebidos durante o exercício	29	229
- Liquidada durante o exercício	(913)	(1.032)
<b>Total no encerramento do exercício</b>	<b>10.799</b>	<b>11.683</b>
<b>Despesas</b>		
Despesas de juros	991	776
<b>Total das despesas de transações com partes relacionadas</b>	<b>991</b>	<b>776</b>

### 32.3 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O valor dos honorários mensais do diretor-presidente, do diretor executivo e dos diretores, e
- O diretor-presidente, o diretor-executivo e os diretores, terão também direito as prerrogativas previstas no Programa de Benefícios do Sicredi (PBS) e Programa de Educação Cooperativa (PEC) nos termos dos respectivos regulamentos, e em condições equivalentes aos demais colaboradores.

A remuneração paga a seus administradores foi como segue:

	2014	2013
Salários	4.160	3.365
Encargos previdenciários	5.477	5.102
Bônus relacionado ao desempenho	2.336	2.693
<b>Total</b>	<b>11.973</b>	<b>11.160</b>

### 32.4 Benefícios pós-emprego

	2014	2013
Plano de Previdência Complementar de contribuição definida	166	265
<b>Total</b>	<b>166</b>	<b>265</b>

## Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

### 33 Outras Informações

#### 33.1 Plano de pensão – contribuição definida

O Banco e as empresas controladas participam de plano de pensão administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego na modalidade “contribuição definida”. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada. As empresas não têm obrigação legal nem construtiva de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Para o plano de contribuição definida, as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

#### 33.2 Coobrigações prestadas

##### a) Compromissos, garantias e outras responsabilidades

	2014	2013
Coobrigação por Garantias Prestadas		
Beneficiários de Garantias Prestadas (i)	55.102	44.350
Depositários de Valores em Custódia/Garantia (ii)	7.386.923	4.029.600
Títulos em Cobrança (iii)	3.974.850	2.933.735

(i) Corresponde basicamente ao valor das garantias prestadas, avais e fianças concedidos à terceiros em moeda nacional.

(ii) Refere-se ao valor de títulos próprios e de terceiros custodiados na CETIP e no SELIC.

(iii) Representam os títulos de terceiros em cobrança direta no país.

##### b) Outras garantias

	2014	2013
Margem Garantia BM&F Bovespa	15.768	25.445
Tecnologia Bancária S/A - TECBAN	1.621	1.456

## **Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas**

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

### **33.3 Fundos de Investimento**

O Banco administra fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2014 atingiram R\$ 14.664.913 (2013 - R\$ 10.649.394).

A receita com a administração dos fundos de investimento, no exercício, atingiu R\$ 11.411 (2013 – R\$ 8.654) e está apresentada na rubrica "Receita de prestação de serviços".

Os fundos de investimento são auditados em datas diversas por outros auditores independentes.

### **33.4 Cobertura de Seguros**

O Banco e as suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas com sinistros.



